

O Romanceiro Ibérico no Brasil: um Património da Língua Portuguesa em Ambiente Digital

(The Brazilian folk balladry: a Portuguese Language Patrimony in Digital Environment)

Sandra Boto¹, Bruno de Carvalho Belmonte²

¹Universidade do Algarve – Centro de Investigação em Artes e Comunicação

²Universidade do Algarve – Centro de Investigação em Artes e Comunicação

¹scboto@ualg.pt, ²bbelmonte@ciac.pt

Resumo

Na esteira do trabalho já desenvolvido pela equipa da plataforma Romanceiro.pt, que acolhe projetos diversos dedicados à edição e ao estudo do romanceiro de tradição oral, deu-se recentemente início à compilação, organização e apresentação de uma proposta de infraestrutura digital que visa acolher e difundir os materiais concernentes ao romanceiro de matriz ibérica no Brasil. Estas tarefas, que procuram, no fundo, promover a patrimonialização deste bem cultural imaterial que, no Brasil, surge com alguma frequência confundido com a literatura de cordel, marcam os primeiros passos na constituição do “Arquivo do Romanceiro do Brasil”. Para isto, servimo-nos de ferramentas, metodologias e estândares transdisciplinares das Humanidades Digitais. Por sua vez, a ação descrita persegue um objetivo investigacional mais abrangente e exigente, que é o da edificação do “Arquivo do Romanceiro em Língua Portuguesa”.

Apresentamos, aqui, não só o enquadramento de partida deste projeto como também algumas das conclusões parciais já alcançadas, ao mesmo tempo que descrevemos sucintamente as atividades levadas a cabo.

Palavras-chave: *Romanceiro ibérico; tradição oral brasileira; património imaterial; Humanidades Digitais.*

Abstract

Following up the work already carried out by the team of the Romanceiro.pt platform, which hosts several projects devoted to the edition and study of the oral tradition folk balladry, we have recently kicked off the compilation, organization and presentation of a proposal for a digital infrastructure. Our aim is to host and disseminate the materials concerning the Iberian folk balladry tradition in Brazil. What these tasks seek to promote is a deep heritage action for this intangible cultural asset which in Brazil is often confused with the *corde*/literature. The research is now taking its first steps towards the construction of the “Archive of the Brazilian folk balladry”. In order to accomplish it, we use tools, methodologies and transdisciplinary standards stemming from the field of Digital Humanities. Moreover, this action pursues a larger and demanding research goal, which is to build up the “Archive of the Portuguese expression folk balladry”.

This work presents not only the starting framework for this project, but also some of the conclusions already reached, briefly describing the activities developed so far.

Keywords: *Iberian Folk Balladry; Brazilian oral tradition; intangible heritage; Digital Humanities.*

1. Introdução

É inquestionável que, desde meados do século XX, o Património Cultural assume um significativo papel na construção de uma sociedade sustentável, livre e resiliente. Diversas convenções internacionais surgem especificamente para o debater, como a Convenção de Haia para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado (1954) ou a Convenção para a Proteção do Património

Mundial Cultural e Natural (também conhecida como “Recomendação de Paris”, de 1971), entre tantas outras que acabam por influenciar as legislações nacionais.

Em particular, atua diretamente em áreas de grande relevância como o reforço da identidade e da cidadania, a celebração da diversidade, o reconhecimento e a valorização dos bens culturais de diversa tipologia ou ainda a edificação de sentimentos de pertença comunitários. Não é por acaso que a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) insiste na concretização destes princípios ao longo dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo” impõe-se, efetivamente, como um dos tópicos a concretizar até 2030 no âmbito do Objetivo 11 - Cidades e comunidades sustentáveis (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015).

A mesma tônica é colocada nas palavras de Martins (2017), que, no contexto português, tem ultimamente produzido reflexão importante neste domínio, ao declarar que:

“A cultura deve, assim, buscar os factores unificadores e universalizantes nas diferenças, uma vez que só assim se poderá começar a regular o dilema entre liberdade e diferença, e a complementaridade entre igualdade e distinção”.

Entre as distintas formas que o Património Cultural adquire, salientamos aqui as de natureza imaterial, pois, devido justamente à sua amplitude e fluidez, viabilizam a sua permeabilidade nas mais diferentes esferas culturais e camadas sociais, mesmo em grupos isolados (tanto geográfica como socialmente), ao permitirem a já mencionada criação de vínculos identitários e de pertença. No caso em estudo, o romanceiro de tradição oral, a promoção de um vínculo identitário que a transmissão, no tempo e no espaço, de narrativas em verso, cantadas ou recitadas, proporciona, assume uma dimensão pan-hispânica, inscrevendo-se por isso nos eixos culturais das diferentes línguas ibéricas.

No contexto da Língua Portuguesa, perspetiva que orienta o projeto “Arquivo do Romanceiro em Língua Portuguesa”, acolhido no universo de estudo e edição da plataforma Romanceiro.pt (Boto n.d.)¹ -em linha, de resto, com os pressupostos gerais da Agenda Temática de Investigação e Inovação para a Cultura e Património Cultural da FCTⁱⁱ-, constata-se que a presença do romanceiro em Portugal se encontra satisfatoriamente documentada e estudada. Não obstante, estas abordagens escassamente atentam na dimensão patrimonial do romanceiro como expressão cultural de um idioma: a Língua Portuguesa, que une, como se sabe, bem mais de 200 milhões de falantes.

Na verdade, se alargarmos o nosso prisma de abordagem, encarando a transmissão baladística em Português como um todo (note-se que os romances não são outra coisa do que a designação que a balada europeia medieval adquiriu no contexto ibérico), observamos logo à partida uma total ausência de reminiscências deste património nos países africanos de expressão portuguesa e uma muito fraca sobrevivência do mesmo em território asiático (Forneiro 2016). Mas não menos assinalável constitui a parca atenção dedicada ao romanceiro ibérico no contexto brasileiro, problema que se acentuou consideravelmente após o desaparecimento, em 2016, do proeminente investigador Braulio do Nascimento.

É um facto que a tradição popular brasileira é riquíssima na tradição da denominada literatura de cordel. Mas esta concentração de esforços no fenómeno cordelístico brasileiro, culminando em 2018

com o seu reconhecimento como Património Histórico e Artístico Nacional, não deve escamotear, no nosso entender, o relevante papel desempenhado pelo romanceiro ibérico enquanto matriz cultural que habita de forma intrínseca a memória do povo brasileiro. Denuncia esta falta interesse, por exemplo, a inexistência de uma coleção digital que reúna as manifestações desta poesia de transmissão oral no Brasil. Em síntese, a organização e a disseminação do *corpus* baladístico brasileiro de matriz ibérica carece de um impulso de âmbito patrimonial não só no sentido do seu reconhecimento nacional mas sobretudo internacional.

Com este objetivo em mente, dão-se agora os primeiros passos com vista à definição e implementação de uma estratégia enquadrável no domínio das Humanidades Digitais que procura impulsionar a valorização do romanceiro enquanto bem patrimonial, entendendo a expressão romancística portuguesa e brasileira como vetores culturais que importa relacionar e estudar como um todo coerente. Numa primeira fase, e atendendo às necessidades prementes de organização dos materiais brasileiros, passos que o romanceiro português já vem a percorrer com grande avanço desde há cerca de 40 anos, concentrar-se-ão esforços na compilação e estruturação do *corpus* textual do romanceiro brasileiro já publicado, bem como na definição da estrutura tecnológica que alojará os materiais compilados.

O presente estudo descreve os trabalhos conduzidos na primeira fase do projeto “Arquivo do Romanceiro em Língua Portuguesa”, disponibilizando ainda os seus resultados exploratórios.

2. Enquadramento do romanceiro como poesia patrimonial

Como referíamos, os estudos do Património Imaterial estão diretamente ligados a dinâmicas de cidadania ativa, de educação e de valorização das diferentes expressões culturais, entre as quais se encontra a tradição oral e, conseqüentemente, o romanceiro Ibérico. Os romances, com a sua estrutura poética própria e tradição narrativa, podem ser enquadrados, conforme Saraiva (2007), como pertencentes à “Oratura” ou Literatura Oral, uma das diversas expressões que compõem a chamada Literatura Marginal. Sobre isso, completa C. V. Costa (2014):

“A literatura oral é uma tradição de carácter social, visto que se trata de uma atividade popular, onde sua existência, preservação e difusão dependem da comunidade, ou seja, requer a presença do outro para ser conservada.”

A designação, contudo, não recolhe o consenso dos investigadores. Guerreiro (1978) prefere falar de “literatura popular”, pois termo permite abarcar todas as manifestações literárias populares, incluindo também no seu escopo todas aquelas que não são de difusão oral e ainda todas as que não são de tradição antiga mas que partilham entre si o carácter “popular”, adjectivação já de si impossível de definir univocamente, motivo pelo qual prescindimos desta classificação. A propósito do romanceiro, a manifestação da cultura que nos ocupa, que é pertença coletiva e que se transmite de memória em memória, vale a pena esclarecer que:

- nos referimos a velhas baladas que se difundem desde a Idade Média, não circunscritas aos povos ibéricos, mas acompanhando-os na sua diáspora;

- estas não são apenas composições de criação popular mas nalguns casos comprovados erudita e individual, com penetração posterior na tradição oral;

- denotam, em situações particulares, claras interferências entre a transmissão oral (leia-se, memorial, sua característica mais vincada) e a escrita.

Atendendo a estes traços, optamos pelo termo cunhado por Menéndez Pidal (1953), para quem o romanceiro, em função do seu carácter tradicional, é “poesía que vive en variantes”. Constata-se, assim, que a fluidez que lhe é própria deriva, principalmente, da sua natureza mnemónica (Ferré 2000). Vale a pena recordar, a este respeito, a sempre atual teorização de Menéndez Pidal (1953), que já chamava a atenção para a tensão dinâmica entre variante e invariante, terminologia que o erudito brasileiro Braulio do Nascimento viria a impor com sucesso e, assim, para os efeitos dessa mesma tensão criadora na obra poética, que é recebida pelo povo “como herencia propia” (Menéndez Pidal 1953), ou seja, como património a preservarⁱⁱⁱ.

Devemos insistir, pois, nessa constante dialética entre tradição e modernidade que é fecunda e que exerce uma função imprescindível na manutenção e na resignificação do património em geral e no romanceiro de forma muito especial, auxiliando na sua longevidade, bem como colocando o indivíduo no centro dessa questão, seu lugar de direito. Essa relação encontra-se intrinsecamente relacionada com a natureza “aperturística” dos romances tradicionais (Catalán 1997), como se depreende. Compreendê-la revela-se determinante para a valorização e salvaguarda do património.

Intrínsecas a esta fluidez e ao suporte maioritariamente imaterial em que se fixa o romanceiro, salientamos a existência de oscilações teóricas que animam a comunidade filológica, como as referentes às origens do romanceiro e sua propagação. Sabe-se que o documento mais antigo foi copiado no ano de 1421 por um estudante maiorquino, em Espanha, e redigido numa mistura de castelhano e catalão (Ferré 2000). No entanto, a crítica tradicionalista acredita que a sua origem é bem mais recuada: data do século XIV, pelo menos. Sabe-se também que a produção, a fixação e a divulgação do romanceiro tradicional têm o seu auge no século XVI, no quadro geográfico espanhol.

Sua métrica, rima e pluralidade temática permitiram a sua popularização e tramitação, ao longo dos séculos, entre diferentes classes sociais, tendo o romanceiro se associado também a algumas distintas funções sociais, tanto práticas como lúdicas (Débax 1990). A autora divide-as em quatro principais: a função de entretenimento; a noticiosa, que diz respeito à propaganda e à divulgação de notícias e acontecimentos; a função utilitária, no âmbito público – em ambiente festivo e de trabalho- e no âmbito familiar, com a utilização em casamentos, velórios e afazeres domésticos (por exemplo, como canção de embalar); e, finalmente, refere-se Débax (1990) à função simbólica, que está ligada à projeção identitária e ideológica de um grupo.

Do ponto de vista temático, os assuntos dos romances são amplamente variados (históricos, religiosos, moralizantes, entre outros), parecendo lógico supor que os temas que sobreviveram até ao presente devem a sua popularidade à assimilação e aceitação dos valores transmitidos pelas comunidades portadoras, seja pela empatia com a narrativa de alguma personagem histórica célebre

ou com algum ato heroico tratado no romance, seja também pela função didático-pedagógica dos relatos.

A transmissão deste património (apesar de identificarmos, no geral, um cômputo avassalador de versões publicadas, embora de um modo desigual entre as diversas ramas da tradição pan-hispânica^{iv}), dá-se principalmente através da transmissão oral, que ainda se encontra em curso hoje, embora residual e restringida a comunidades mais afastadas dos núcleos urbanos, tanto na Península Ibérica como no próprio território brasileiro.

Sem pretendermos enveredar pela discussão de conceitos formais adstritos à poesia patrimonial, julgamos ser necessário, contudo, reiterar aqui que o romanceiro tradicional se afasta do universo da poesia de cordel, tão popular sobretudo no nordeste brasileiro. Apesar de poderem apresentar algumas semelhanças referentes ao ritmo e à melodia, a similitude formal acaba aí. Idiosincrasias de ordem poética pautam as diferenças entre os dois géneros, que vão desde a estrutura métrica ao conteúdo temático e formal, passando pela mais acentuada, que é dada pela tradicionalidade do romanceiro. Tratando-se de géneros de natureza distinta, o nosso projeto de salvaguarda e estudo do romanceiro brasileiro exclui, assim, o cordel do seu escopo. Importa notar ainda que o termo *romance* designa, no Brasil, expressões não coincidentes com o romanceiro ibérico tradicional. Manifestações poéticas populares tais como o cancionero tradicional, canções folclóricas e de bois, ou Abecês, extremamente conhecidas na cultura popular brasileira, não confluem na nossa investigação, devido ao facto de não ostentarem relações com a tradição ibérica à qual se restringe o nosso objeto de estudo.

Pese a isto, a verdade é que, tendo em mãos um *corpus* de romances tradicionais editados no Brasil que importa quantificar e classificar, registos da sua permanência e notoriedade da sua influência - direta e indireta- na produção artística popular brasileira, abre-se uma porta ampla para os estudos sobre o género nesse país.

Por outro lado, entrevê-se já a importância de tratar conjuntamente a tradição oral romancística brasileira e a portuguesa, na medida em que partimos de um pressuposto de continuidade na transmissão, de um fluxo tradicional que se perpetuou a partir dos contactos culturais mantidos entre Portugal e o Brasil ao longo dos séculos. A partilha de temas de romances entre a tradição oral portuguesa e a brasileira são testemunhas vivas dessa dimensão comunitária que se inscreve na Língua, entendida como suporte cultural para além de veículo de comunicação.

Como exemplo desta expressão partilhada, mencionamos o caso paradigmático de um romance com forte presença na tradição oral brasileira como na portuguesa, “Veneno de Moriana” (IGR: 0172). Ilustramos com uma versão recolhida no bairro da Lapa, em São Paulo, e editada por Lima (1959)^v:

- “ O que tens, ó Juliana que estás disposta a chorar?
2 - Minha mãe, o meu D. Jorge, com outra vai se casar.
- Eu bem te dizia, ó filha, tu não quiseste acreditar,
4 Que o D. Jorge tinha jeito de qualquer moça enganar.
Já vem vindo o meu D. Jorge, montado em seu cavalo,
6 Vou lhe dar os parabéns que com outra vai se casar.
- É verdade, ó D. Jorge, que com outra vais casar?
8 - É verdade, sim, Juliana, vim para te convidar.
- Espera um só momento, enquanto subo ‘o sobrado,

- 10 *Vou buscar um copo de vinho, que pra ti tenho guardado.*
- *Que puseste, ó Juliana, misturado com o vinho,*
12 *Estou com a vista escura não enxergo mais o caminho.*
Não enxergas mais o caminho, nunca mais hás de enxergar,
14 *Tu não casaste comigo, nem com outra hás de casar.”*

Vale esclarecer, após o exemplo, que o romance possui uma estrutura formal consolidada e característica. Embora fosse lícito apontar aqui inúmeros desvios à norma (como a presença de dísticos no romance acima transcrito), resumidamente um romance obedece a um padrão de versos de 15 sílabas divididas em hemistíquios de 7 sílabas métricas (se utilizada a contagem portuguesa), rima toante e única, contando ainda com um número ilimitado de versos -veja-se, a este propósito, a síntese apresentada por Ferré (2000).

3. A aculturação no Brasil

Já no século XVI os romances representavam uma tradição oral bastante difundida entre todas as camadas sociais ibéricas. É durante esse período justamente que se intensificam as viagens ultramarinas a partir da Península, tanto para fins mercantis como coloniais, onde enquadramos as diversas ondas migratórias para o continente americano e nas quais consideraremos ainda as diásporas e expulsões massivas da península, como ocorrido nomeadamente com as comunidades judaicas, cujo papel na preservação do romanceiro medieval é de sobra conhecido.

Desta maneira se configura, resumidamente, a dispersão geográfica do Romanceiro Ibérico pelo mundo:

“se encuentran romances en todas las partes del mundo donde se habla una de las lenguas peninsulares: castellano, catalán, gallego y portugués.”(Débax 1990)

Dito isto, a cultura e as tradições ibéricas, romanceiro incluído, viajaram, como não podia deixar de ser, para o Brasil, na memória do colonizador, à semelhança do aconteceu nos territórios americanos hispano-falantes.

Por influência das precursoras pesquisas portuguesas, principalmente as de Almeida Garrett (1799-1854), têm lugar os primeiros levantamentos e edições do Romanceiro Ibérico no Brasil. O movimento começa ainda no século XIX, com o primeiro manuscrito de Ignácio Raposo no qual, em 1853, se editam 8 versões de romances brasileiras, e o maranhense Celso de Magalhães (1849-1879), escritor e folclorista que publicou no jornal *O Trabalho*, em 1873, de Pernambuco, e ainda no hebdomadário maranhense *O Domingo*, sob o título “A Poesia Popular Brasileira”, as primeiras recolhas brasileiras (J. R. N. Costa, 2015).

As investigações prosseguem nas décadas seguintes, ganhando força entre os principais historiadores, antropólogos e folcloristas do país, como Sílvio Romero (1851-1914), de Sergipe, e Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), do Rio Grande do Norte, entre outros, assumindo, muitas vezes, um caráter nacionalista bastante comum no período.

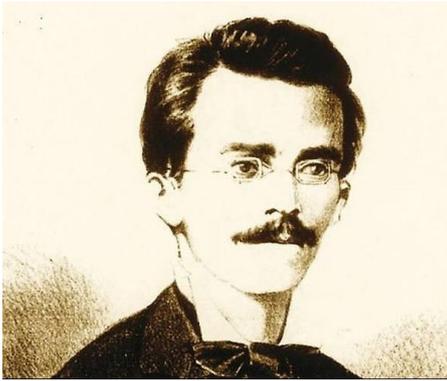


Figura 1. Celso de Magalhães (1884-1879).

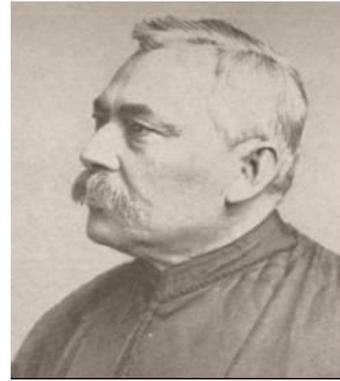


Figura 2. Silvio Romero (1851-1941).

Esta etapa, na qual muito material começa a ser editado e publicado, principalmente no Nordeste e Sudeste brasileiro, permite-nos notar que muitas dessas influências ibéricas já estavam completamente assimiladas e disseminadas entre a população, muitas vezes com outras denominações como xácaras, cantigas ou até estórias cantadas, termos que são constantemente alvo de divergência entre editores, sobretudo numa fase mais recuada da recolha e edição do romanceiro tradicional, não só no Brasil mas também na Península.

Para além de se identificar diversas versões de romances pelo país, como por exemplo, o caso emblemático da recolha de uma versão do romance “Nau Catrineta” (IGR: 0457), entoada por uma comunidade indígena da etnia Maué, no interior do Amazonas, reconhece-se então que diversos fragmentos de romances tradicionais ibéricos permaneciam vivos, mas ‘refugiados’ ou ‘incrustados’ noutras expressões culturais, como em cantigas infantis ou em celebrações festivas como a Marujada e a Chegança, que são folgedos tradicionais inspirados nas sagas marítimas portuguesas, nos conflitos medievais contra os mouros e que também derivam do fandango ibérico.

Obras posteriores de meados do século XX em diante, já inseridas no contexto da indústria cultural, também apresentaram trechos ou influências de romances ibéricos, como se vê em diversas obras literárias como sejam *O Romance d’A Pedra do Reino* e *o Príncipe do Sangue Vai-e-Volta* (1971), de Ariano Suassuna, e *Morte e Vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto, ou em discos do grupo musical Quinteto Armorial^{vi}.



Figura 3. Capa do livro *Romance d’A Pedra do Reino*, 1971, de Ariano Suassuna.



Figura 4. Capa do disco *Do Romance ao Galope Nordestino*, de 1974, do grupo musical Quinteto Armorial.

Ora, todos estes indícios de persistência do romanceiro ibérico na memória popular do Brasil são mais do que pertinentes para justificar a urgência de se proceder ao levantamento e organização dos materiais existentes com vista ao desenvolvimento de ações de salvaguarda deste gênero patrimonial no Brasil.

4. Observações quantitativas gerais

O nosso trabalho de investigação partiu de um levantamento bibliográfico exploratório, que se traduziu inicialmente na análise de 67 obras publicadas entre 1883 a 1996 contendo versões de romances ibéricos tradicionais recolhidas em território brasileiro. A partir dessas fontes, foi possível identificar 678 versões de romances tradicionais Ibéricos recolhidos no Brasil, e, a partir destas cifras, foi possível confirmar, do ponto de vista quantitativo, a significativa dimensão patrimonial, tanto quanto à diversidade temática como à expressão quantitativa deste fenômeno cultural na memória brasileira.

Observem-se, de seguida, dois mapas que permitem ilustrar a dispersão da tradição oral romancística no país. O primeiro (Figura 5.), ilustra a divisão do Brasil nas macrorregiões que estão na base da nossa análise e no segundo (Figura 6.) podemos visualizar a dispersão do romanceiro pelas mesmas macrorregiões (a cores).



Figura 5. Divisão do Brasil em macrorregiões.



Figura 6. Estados em que foram identificadas versões de romances.

A leitura das figuras confirma que foram identificados romances em todas as cinco macrorregiões do Brasil. Lidera a região Nordeste, que contabiliza a origem de 495 versões. No *ranking* quantitativo segue-se, em segundo lugar, o Sudeste, com 150 versões, em terceiro, o Sul, com 30 versões, e, por fim, as regiões Centro-Oeste e Norte, empatadas com apenas uma versão de romance originária.

Os três estados mais fecundos em recolhas, de acordo com esta pesquisa, foram Sergipe, com 166 versões; Bahia, com 163 (ambos no Nordeste); e Espírito Santo, na região Sudeste, com 96 versões. O número de versões por Unidade Federativa está integralmente exposto no gráfico seguinte.

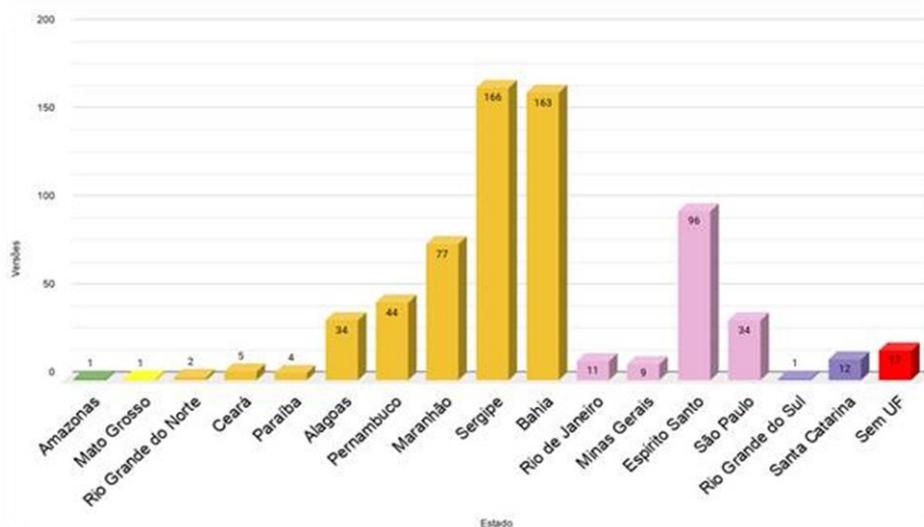


Figura 7. Distribuição geográfica das versões de romances colhidas por unidades federativas brasileiras.

Como se pode notar, apesar de dispersa por todo o país, a presença do romanceiro ibérico mantém-se mais forte nas regiões onde o Brasil tradicionalmente recebeu um maior fluxo colonizador e migratório, regiões que, até hoje, mantêm a maior concentração demográfica do país. Referimo-nos ao Nordeste e ao Sudeste, destinos da primeira onda migratória portuguesa, a partir do século XVI, bem como à região Sul, com o movimento migratório posterior, já do século XVIII, principalmente constituído por madeirenses e açorianos.

A análise dos dados levantados permitiu também extrair algumas informações quanto à popularidade de alguns romances ou eixos temáticos predominantes entre os brasileiros. Assim, os romances mais recorrentes foram “O Veneno de Moriana” (IGR: 0172), com 142 versões; depois, com menos da metade, o “O Cego” (IGR: 0189), com 68 versões, seguido de “O Conde Alarcos” (IGR: 0503), com 48 versões.

No quesito da difusão, os mais distribuídos no Brasil são novamente o “Veneno de Moriana” (IGR: 0172), em 12 estados diferentes, a “Nau Catrineta” (IGR: 0457), presente em dez Unidades Federativas e “O Conde Alarcos” (IGR: 0503), em nove delas.

Entre os 26 eixos temáticos em que se divide o romanceiro tradicional (Armistead 1978 e, posteriormente, Fontes 1994)^{vii}, o mais popular no Brasil é o de assuntos Religiosos, que, diferente dos demais, que apresentam entre 1 e 4 romances, é composto por 11 temas diferentes^{viii}. Além disso, são também dignos de atenção, pela sua relevância, os temas referentes a Mulheres Matadoras – entre os quais se inclui o já apresentado “Veneno de Moriana”, de Esposa Desgraçada, de Raptos e Forçadores, e, em quinto lugar, os romances de temas Carolíngios.

O levantamento e elaboração desses dados permite-nos lançar um olhar mais crítico e informado acerca da dinâmica desta expressão patrimonial no Brasil. Entendemos que, apesar de nos fazerem falta alguns dados referentes à cadeia de transmissão e difusão desta tradição (informações essas que, no passado, não despendiam a preocupação dos editores), a investigação seguida num trabalho de análise de dados permitiu desenhar um retrato aceitavelmente acurado do romanceiro do Brasil, sobretudo nesta fase exploratória.

Os dados geográficos quantitativos permitem assegurar que esta tradição teve muita força e que ainda resiste, mesmo que mais modestamente, no Brasil. A sua difusão dá-se notadamente em regiões em que o processo colonizador e migratório das populações ibéricas foi mais constante. A tradição e cultura da região Nordeste do Brasil, por exemplo, apresenta ainda grande influência ibérica na amálgama que compõe a expressão regional, seja na poesia, seja nas celebrações populares, seja nas expressões religiosas. No que respeita à análise temática, concluímos já que o conteúdo predominante pertence àqueles romances que cumprem não apenas uma função recreativa mas também social. Pode inferir-se, então, que os romances assumem, no Brasil, uma atribuição instrutiva e moralizante, em convergência, de resto, com o sucedido na Península Ibérica.

A fim de depositar e dar continuidade a estes estudos, preparamos uma infraestrutura digital que aloja as informações que o nosso trabalho permitiu reunir até agora e que continuará a compilar dados acerca do romanceiro ibérico no Brasil. Acredita-se que isto permitirá novas análises que poderão

contribuir para uma mais profunda compreensão do comportamento, tendências e sobrevivência dessa expressão no Brasil, bem como encetar um movimento de valorização da Língua Portuguesa enquanto elo de comunhão cultural.

5. Metodologias Digitais na patrimonialização do romanceiro em Língua Portuguesa

5.1. “O Arquivo do Romanceiro da Tradição Oral Moderna Portuguesa”: breve enquadramento

Como se referiu, o romanceiro da tradição oral moderna portuguesa conta com um trabalho de organização e compilação que se desenvolve desde os inícios dos anos 80 do século XX. A constituição deste “Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna” tem contado com o esforço e dedicação de consecutivas gerações de investigadores e instituições, com diferentes sedes físicas ao longo dos anos.

Trata-se de um arquivo que alberga tanto versões já editadas (compila mais de 10.000 registos ou versões, com os seus diferentes documentos, isto é, as reedições de que cada versão foi alvo ao longo dos tempos), como versões inéditas, fruto das recolhas empreendidas um pouco por todo o território português durante os anos 80 e 90 do século XX pelas equipas dirigidas pelo Professor Pere Ferré, contabilizando mais de 600 horas de gravações. Cabe ressaltar que estamos perante um acervo de características ímpares no contexto dos estudos sobre o romanceiro à escala internacional, já que nenhuma outra tradição oral romancística possui, à data, uma compilação documental tão exaustiva como a portuguesa, pese embora todos nos recordemos do magnânimo labor compilador do filólogo espanhol Ramón Menéndez Pidal, cujo monumental arquivo do romanceiro, de ambição pan-hispânica mas que se encontra hoje bastante desatualizado, constitui sem dúvida um marco indelével para o reforço da coesão patrimonial do romanceiro como tradição que une diversos povos^{ix}.

Foi em 2013, no âmbito de um apoio à salvaguarda e preservação de arquivos atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian de Portugal, que se procedeu à migração das diferentes componentes do “Arquivo do Romanceiro da Tradição Oral Moderna Portuguesa” para ambiente digital. Desde então, o projeto tem vindo a crescer e a ganhar novas valências, ao mesmo tempo que se tem vindo a robustecer a infraestrutura tecnológica que o acolhe. Revelou-se imperioso, após a criação de uma primeira base de dados relacional disponibilizada online, equacionar a utilização de padrões universais de forma a que os dados conservados no arquivo pudessem ser lidos não só por utilizadores humanos, mas também por máquinas. Deste modo começávamos, timidamente, a perseguir objetivos e a levantar problemas que pertencem, indiscutivelmente, ao campo das Humanidades Digitais.

Assim nasce, em 2016, Romanceiro.pt, como projeto ancorado nos desígnios da Web 2.0. Por sua vez, a migração da base de dados do Arquivo para o gestor de conteúdos *open source* [Omeka](#), em 2018, justificou-se como forma de garantir a interoperabilidade dos conteúdos vinculada à atribuição de um sistema de metadados universal, o padrão [Dublin Core](#), instalado no Omeka através de um *plug in* desenvolvido para o efeito. Veio, por outro lado, responder a desafios da cultura digital relacionados com a preservação e curadoria dos dados disponibilizados na web, dando-se um passo

de gigante para o posicionamento definitivo deste projeto no espaço epistemológico das Humanidades Digitais*.

Devemos salientar que a opção por um sistema gestor de conteúdos especialmente dirigido para a exibição de coleções digitais *online*, o Omeka, responde plenamente aos objetivos da constituição do arquivo digital para o Romanceiro do Brasil. Ostenta uma vantajosa garantia de bom desempenho, ao ser atualmente utilizado em inúmeros projetos de digitalização e disponibilização *online* de bens patrimoniais e contando com uma comunidade de utilizadores bastante ativa. A isto acresce a vantagem de ser facilmente customizável e adaptável e de permitir arquivar uma diversidade significativa de formatos de objetos (recursos mp3, mp4, imagens, ficheiros .pdf, hiperligações, entre muitos outros).

Destaca-se ainda o facto de Omeka se organizar num sistema de coleções, materializado numa base de dados de estrutura em árvore que mimetiza com sucesso o sistema descritivo que seguimos no romanceiro: temas, versões, edições e respetivos identificadores. Por outra parte, Omeka permite criar uma url individual para cada registo bem como oferece a possibilidade de o exportar em diferentes linguagens e formatos interoperáveis que apontam para o domínio da Web Semântica (atom; dc-rdf; dcmes-xml; json e omeka-xml), com grande vantagem para a reutilização do arquivo por outros sistemas. Em síntese:

“The Omeka team has extensive experience with digital humanities and cultural heritage web publishing and brings together an important set of planning and technical skills that is essential to supporting these kinds of projects (Omeka Contracting and Support Services, s.d. Expertise)” (Omeka, <https://omeka.org/services/>).

The screenshot shows the Omeka admin interface for a document record. The breadcrumb path is 'Versão #11124: "144-001-001 - La pastora probada por su hermano"'. The left sidebar contains a 'Painel de Controle' menu with options like 'Documentos', 'Versões', 'Tipos de documento', 'Etiquetas', 'Bulk Editor', 'Páginas Simples', 'Temas e versões', 'CSV Export', and 'Eman Citation'. The main content area is titled 'Dublin Core' and displays the following metadata:

Título	144-001-001 - La pastora probada por su hermano
Temática	T- Burlas e Astúcias
Responsável	Bruno Belmonte
Identificador	144-001-001
Título corrente	A Pastorinha (título corrente)
Ano de edição	1908
Observações	Fonte: Sánchez Romeralo/Armistead/Petersen (1980) Fonte: Fontes (1994) Arquivo do Romanceiro do Brasil
Cobertura geográfica	Brasil (país) Pernambuco (estado)

On the right side, there are buttons for 'Editar', 'Ver Página Pública', and 'Eliminar'. Below these are status indicators for 'Público: Não' and 'Em destaque: Não', and a 'Número total de documentos' section showing '1'. There are also sections for 'Informantes' (Sem informantes) and 'Formatos de Saída' (omeka-xml). At the bottom, a 'Documentos adicionados recentemente' section shows a record from 07/03/2020. A 'Temas e versões' section shows a list of versions, including 'D453 - La pastora probada por su hermano' and '144-001-001 - La pastora probada por su hermano'.

Figura 8. Exemplo de uma ficha de uma versão brasileira de um romance.

5.2. O “Arquivo do Romanceiro no Brasil”: primeiros subsídios

A ideia de criar um “Arquivo do Romanceiro em Língua Portuguesa”, uma vez estabilizada a infraestrutura digital do Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna”, começou a tomar corpo em 2018.

No contexto do Mestrado em História e Patrimónios da Universidade do Algarve e, em particular, do Seminário de Edição de Textos Patrimoniais, começa a desenhar-se a fase preliminar com vista à constituição deste arquivo. Deste modo, procede-se à reorganização bibliográfica e à reclassificação das versões de romances tradicionais recolhidas em território brasileiro desde o século XIX.

Leva-se ainda a cabo, nesta investigação, a pesquisa sobre os modos de constituição de um arquivo digital para esta tradição oral. Para este efeito, foi criado logo de início um *website*, integrado de raiz no portal Romanceiro.pt, o <https://arb.romanceiro.pt/>, criado em Wordpress (um conhecido gestor de conteúdos bastante amigável e de grande adaptabilidade, tanto funcional como estética). O site conta com uma identidade visual própria e acompanha os desenvolvimentos e a agenda do projeto, ao mesmo tempo que disponibiliza recursos específicos sobre o romanceiro no Brasil que se considerem oportunos para um público académico de filiação filológica, etnográfica, antropológica ou de estudos sobre o património. Optou-se estrategicamente por diferenciar a comunicação do projeto da definição da estrutura digital que o “Arquivo do Romanceiro do Brasil” viria a adotar. Ainda do ponto de vista da comunicação digital, salientamos a sua vinculação ao universo Romanceiro.pt, subordinando-se à difusão nas redes sociais da plataforma ‘mãe’^{xi}.

Já no que respeita à infraestrutura, e uma vez que se encontrava já implementada com sucesso uma instalação Omeka, comprovadamente funcional para o “Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna”, e tendo em consideração que o objetivo principal seria, a médio prazo, convergir para uma lógica de integração dos dois arquivos como expressão viva de uma língua, a equipa de investigação chegou à conclusão de que os dados preliminares já levantados sobre a bibliografia e os materiais do romanceiro brasileiro seriam de raiz integrados na mesma base de dados do romanceiro português. O sistema de metadados a utilizar para a descrição das versões e documentos seria, como é expectável, idêntico (etiquetas pertencentes ao módulo Dublin Core simples e uma seleção do módulo Dublin Core qualificado), bem como idêntica a sua tradução para Português, ou seja, a adaptação do vocabulário à terminologia empregue no universo do romanceiro e do nosso arquivo, em particular. Termos como “contaminação”, “informante”, “coletor” ou “local de recolha” foram, assim, adaptados ao vocabulário Dublin Core.

The screenshot shows a web interface for managing metadata. On the left is a sidebar with navigation options: Painel de Controle, Documentos, Versões, Tipos de documento, Etiquetas, Bulk Editor (highlighted), Páginas Simples, Temas e versões, CSV Export, and Eman Citation. The main content area displays a record for '012-117-001 - Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal' with the source 'Fonte: Sánchez Romeralo/Armistead/Petersen (1980)'. A 'Step 2: Select Fields' dialog box is open, allowing selection of Dublin Core metadata elements. Below the dialog, a table shows the record's details:

Description	Fonte: Sánchez Romeralo/Armistead/Petersen (1980)
Description	Arquivo do Romancero do Brasil
Identifier	012-117-001
Publisher	Bruno Belmonte
Subject	C - Históricos
Title	012-117-001 - Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal
Alternative Title	O casamento malgrado (título corrente)
Date Issued	1883
Bibliographic Citation	Romero (1883) 20
Spatial Coverage	Brasil (país)
Spatial Coverage	Sergipe (estado)

Figura 9. Exemplo de uma ficha de registo (correspondência de metadados) referente a uma versão brasileira.

No caso do romancero brasileiro, mantém-se, pois, o sistema de metadados implementado anteriormente no gestor Omeka para o romancero português, com a adição de um campo para identificar o responsável por cada registo (“Publisher”), na medida em que será necessário distinguir a intervenção dos diferentes membros da equipa de investigação na plataforma colaborativa de trabalho que o Omeka proporciona. Do mesmo modo, procedeu-se à adequação do sistema de descrição geográfica de cada versão ao sistema administrativo vigente em território brasileiro que, como se sabe, difere do português, decorrente da necessária correspondência com o padrão Dublin Core.

Será, então, legítimo colocar a questão: tratando-se de uma instalação única de Omeka, e sem prejuízo para o facto de se enfatizar no projeto o ponto de vista patrimonial da Língua Portuguesa, de que modo poderá o utilizador reunir e isolar, assim o desejando, o “Arquivo do Romancero do Brasil”? A resposta continuamos a encontrá-la nas ferramentas digitais de indexação que os meios digitais proporcionam, neste caso a possibilidade de criação de uma ‘folksonomia’, cuja constituição o sistema Omeka prevê. A simples atribuição de uma etiqueta designada “Arquivo do Romancero do Brasil”, tal como fizemos, permitirá isolar os registos brasileiros dos portugueses, através de um simples processo de seleção da etiqueta pelo utilizador, sem recurso a pesquisas avançadas.

6. Passos para o futuro

O estágio de desenvolvimento do “Arquivo do Romancero em Língua Portuguesa” é, segundo já referimos, bastante preliminar. Na realidade, só agora acabam de ser dados os primeiros passos que

nos permitirão, futuramente, estudar o romanceiro em Português como um todo e daí extrair daí o manancial de investigação que, neste momento, só conseguimos vislumbrar.

Ao longo desta primeira etapa, procedemos ao carregamento na plataforma dos registos individuais de cada uma das versões brasileiras referenciadas, sabendo que cada registo terá de ser posteriormente revisto e os documentos a que estes reportam devidamente recuperados e carregados, por sua vez. Depois, seguir-se-á uma fase de atualização da bibliografia e um novo levantamento atualizado de versões relativas ao romanceiro brasileiro, tal como ao português, que abarca registos até ao ano 2008, cuja atualização se revela imperiosa (não só a partir da incorporação de recolhas realizadas em Portugal já no século XXI, como na importação de versões ultimamente publicadas, observando as regras da propriedade intelectual em vigor). Está prevista ainda uma pesquisa aturada em torno do Romanceiro Religioso (português e brasileiro) que amplie, reclassifique o *corpus* e o carregue na plataforma, chamando a atenção para o facto de se tratar de uma área do romanceiro que ostenta dificuldades muito específicas, na medida em que se funde frequentemente com outros géneros poéticos patrimoniais, assumindo funcionalidades bastante peculiares que importa estudar e avaliar com a devida atenção.

Por fim: o *corpus* brasileiro bem como o português carecem de novas recolhas, cuja viabilidade nos encontramos a programar em conjunto com instituições de pesquisa no Brasil (Universidade Federal da Bahia), em Portugal (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da Universidade Nova de Lisboa) e em Espanha (Fundación Ramón Menéndez Pidal; Seminario Menéndez Pidal, da Universidad Complutense de Madrid).

Por fim, auguramos que pertinentes estudos de âmbito patrimonial, dedicados ao romanceiro nesta perspetiva de inscrição na cultura linguística do Português, que pretendemos fomentar, possam surgir ao arripio destes esforços que imprimimos à patrimonialização da poesia narrativa (já de si patrimonial, porque de poética coletiva, de resto, na geografia e na diversidade cultural da Língua Portuguesa), com incidência não só na história dos movimentos editoriais e recolectores, relacionando protagonistas e perspetivas de valorização do romanceiro ao longo dos tempos nas diferentes geografias da língua, mas também na sua poética e na observação da transmissão comunitária. Com estes esforços fundados nos paradigmas das Humanidades Digitais, conduziremos com sucesso, acreditamos, um reposicionamento do romanceiro tradicional que funcione como alavanca para o investimento na sua salvaguarda.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL57/2016, alterado pela Lei 57/2017 [CP1361/CT0024] e no âmbito do projeto estratégico do CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação [UID/Multi/04019/2019]. Os autores agradecem a Juan Manuel Escribano Loza as diligências tecnológicas e as frutíferas discussões que permitiram definir a lógica estrutural e a implementação digital deste projeto.

Referências

- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (2015). Organização das Nações Unidas. Retrieved from <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- Armistead, S. G. (1978). *El Romancero judeo-español en el Archivo Menéndez Pidal (Catálogo-índice de romances y canciones)*. Madrid: Cátedra Seminario Menéndez Pidal.
- Boto, S. (n.d.). romanceiro.pt. Retrieved from www.romanceiro.pt
- Catalán, D. (1997). *Arte poética del romancero oral. Parte 1ª. Los textos abiertos de creación colectiva*. Madrid: Siglo Veiteuno.
- Costa, C. V. (2014). *O Romance de Tradição Oral e suas Relações com a Literatura de Cordel*. 68–82.
- Costa, J. R. N. (2015). CELSO MAGALHÃES: pioneiro nos estudos do folclore brasileiro. *IV Simpósio de História Do Maranhão Oitocentista: Escravidão e Diáspora Africana No Século XIX*. Retrieved from ISSN 2236-9228
- Débax, M. (1990). “Romancero”, edición, estudio y notas por Michelle Débax. In *Criticón*. Madrid: Editorial Alhambra Longman, S. A.
- Ferré, P. (2000). *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna. Versões publicadas entre 1828 e 1960. Vol. 1. Estudo introdutório*. Lisboa: Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fontes, M. da C. (1994). O Romanceiro Brasileiro: Pequeno Catálogo. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, (49), 221–249.
- Forneiro, J. L. (2016). Existiu o Romanceiro Ibérico de Tradição Oral em Moçambique? *Estudios Portugueses y Brasileños*, 16, 133–148.
- Guerreiro, M. V. (1978). *Para a História da Literatura Popular Portuguesa. «Biblioteca Breve»*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Lima, R. T. de. (1959). Acheegas ao Estudo do Romanceiro no Brasil. *RAMSP*, nº 162. <https://doi.org/10.2307/835401>
- Martins, G. d' O. (2017). *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*. (3ª ed.). Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.
- Menéndez Pidal, R. (1953). Romancero Hispanico (Hispano-Portugues, Americano y Sefardi). In *Hispania*. <https://doi.org/10.2307/335650>
- Saraiva, A. (2007). A crise da literatura e a literatura marginal ou marginalizada. *Santa Barbara Portugueses Studies: «Literatura Marginal (Dossier Org. Por Arnaldo Saraiva)»*. *Universidade Da Califórnia*, IX, 5–15.

Submitted: 30th April 2020.

Accepted: 10th July 2020.

ⁱ Romanceiro.pt é um projeto acolhido pelo CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve, em parceria com múltiplas instituições portuguesas e estrangeiras. Reúne distintos projetos de investigação em torno do romanceiro e encontra-se acessível em <http://www.romanceiro.pt> [consulta a 21/04/2020].

ⁱⁱ https://www.fct.pt/agendastematicas/docs/Agenda_I&I_CPC.pdf (consulta a 24/04/2020).

ⁱⁱⁱ Recordamos, nomeadamente, os fundadores trabalhos de Nascimento (1964, 1966, 1994, 2001, 2004 e 2005).

^{iv} Para uma visão de conjunto das diversas tradições, consulte-se, em linha, as bases de dados do *Proyecto sobre el Romancero pan-hispánico*, embora a disponibilização dos materiais neste acervo esteja longe de se apresentar exaustiva.

^v Na reprodução do texto que fazemos estudo, adotámos os critérios filológicos mais consensuais para a edição do romanceiro tradicional na atualidade.

^{vi} Na obra de Suassuna, o capítulo “Folheto XII – O Reino da Poesia” (pp. 94-103) o narrador transcreve alguns romances, cantigas e cordéis da tradição oral, declamado pelos personagens. Identificam-se fragmentos da “Bela Infanta” (“Vuelta del Marido” - IGR 0113) e de “Perseguição de Búcar pelo Cid” (“El moro que reta a Valencia” - IGR 0045). Na obra de Melo

Neto, encontra-se o romance catalão “Conde Arnaldos” (“Infante Arnaldos”, IGR 0435). Enquanto que nos discos da banda Quinteto Armorial, encontra-se na segunda faixa do disco de estréia (*Do Romance ao Galope Nordestino*, de 1974) o “Romance da Bela Infanta” (“Vuelta del Marido”, IGR 0113); enquanto que a segunda faixa do terceiro álbum (Quinteto Armorial, de 1978), o “Romance da Nau Catarineta” (“Nau Catrineta”, IGR 0457). Ambas são recriações instrumentais de Romances de tradição oral de origem ibérica, devidamente creditados.

^{vii} Esta divisão temática organiza os motivos dos romances em 26 grupos distintos: Épicos, Carolíngios, Históricos, Mouriscos, Bíblicos, Clássicos, Mocidades do Herói, Presos e Cativos, Regresso do Marido, Amor Fiel, Amor Desgraçado, Esposa Desgraçada, Adúlteras, Mulheres Matadoras, Raptos e Forçadores, Incestos, Mulheres Sedutoras, Mulheres Seduzidas, Várias Aventuras Amorasas, Burlas e Astúcias, Religiosos, A Morte Personificada, Animais, Assunto Variados, Canções e Poemas.

^{viii} São eles: “Santa Iria”(IGR: 0173); “O Lavrador da Arada” (IGR: 0185); “O cordão de Nossa Senhora” (IGR: 0236); “O Menino Jesus quer dizer Missa” (IGR: 0447); “Nau Catrineta” (IGR: 0457); “Pobreza da Virgem recém parida” (IGR: 0812); “Santo António livra o pai da forca” (IGR: 4003); “A Virgem a caminho do Calvário” (IGR: 0042.1); “Santo António salva a mulher de D. Juan de Lara” (IGR: 0139.5); “Barca Bela” (IGR: 0435.1); e Maria Lavava, José Estendia (sem número de IGR).

^{ix} Esse arquivo encontra-se em processo de digitalização e paulatina disponibilização na web. À data, apenas uma pequena parte se encontra acessível, embora se continuem a desenvolver esforços no sentido de oferecer ao público a totalidade dos materiais do romanceiro conservados na Fundación Ramón Menéndez Pidal, em <http://www.fundacionramonmenendezpidal.org/archivodigital/presentacion> (consulta a 23/04/2020).

^x Pode-se aceder sucintamente à história deste projeto em <https://romanceiro.pt/historia/> (consulta a 23/04/2020).

^{xi} Facebook: @romanceiro.pt; Twitter: @romanceiropt.